

Feminismo periférico e urbanismo antirracista: Práticas e trocas de saberes com a Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro

Rachel Coutinho M. da Silva e Leslie Gonzalez

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; GONZALEZ, Leslie. Feminismo periférico e urbanismo antirracista: Práticas e trocas de saberes com a Coletiva As Caboclas, Rio de Janeiro. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 296-313, ago 2024

data de submissão: 09/07/2024
data de aceite: 17/07/2024

Rachel COUTINHO M. DA SILVA é Ph.D., Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, PUC-Rio, rachelcms@puc-rio.br

Leslie GONZALEZ é Doutoranda em Urbanismo; PROURB-FAU UFRJ; leslie.gonzalez@fau.ufrj.br.

Resumo

Esse ensaio aborda o tema do feminismo periférico a partir das experiências e práticas da Coletiva As Caboclas na cidade do Rio de Janeiro, procurando problematizar as ações de mulheres na periferia, que englobam desde a busca por autonomia nas questões de construção e melhorias habitacionais até a luta por direitos. O ponto de partida foi uma prática de assessoria técnica para um projeto de melhorias habitacionais no bairro de Campo Grande, no Bosque dos Caboclos, chamado Mulheres em Ação entre 2017 e 2019, para um grupo exclusivo de mulheres. A experiência na troca de saberes entre mulheres periféricas e arquitetas suscitou reflexões sobre questões de gênero e racismo em territórios periféricos. Para estas reflexões utilizamos os conceitos de autonomia, reconhecimento, emancipação de Freire (1996), hooks (2017; 2019), Gonzalez (1983, 1988), Butler (2018) e Fraser (2013), bem como o conceito de práxis em Lefebvre (1968,1991) e Freire (1970), e o de grupo sócio-espacial de Kapp (2018). Entender o ativismo urbano periférico a partir de práticas feminista contribuirá um urbanismo antissexista e antirracista.

Palavras-chave: feminismo periférico, assessoria técnica, direito à cidade, urbanismo antirracista.

Abstract

This essay addresses the theme of peripheral feminism based on the experiences and practices of Coletiva As Caboclas in the city of Rio de Janeiro, seeking to problematize the actions of women in the periphery, which range from the search for autonomy in matters of construction and housing improvements to struggle for rights. The starting point was a technical advisory practice for a housing improvement project in the Campo Grande neighborhood, in Bosque dos Caboclos, called Mulheres em Ação between 2017 and 2019, for an exclusive group of women. The experience of exchanging knowledge between peripheral women and architects raised reflections on issues of gender and racism in peripheral territories. For these reflections we use the concepts of autonomy, recognition, emancipation by Freire (1996), hooks (2017; 2019), Gonzalez (1983, 1988), Butler (2018) and Fraser (2013), as well as the concept of praxis in Lefebvre (1968,1991) and Freire (1970), and the socio-spatial group of Kapp (2018). Understanding peripheral urban activism from feminist practices will contribute to anti-sexist and anti-racist urbanism.

Keywords: peripheral feminism, technical advisory, right to the city, anti-racist urbanism.

Resumen

Este ensayo aborda la temática del feminismo periférico a partir de las experiencias y prácticas de la Coletiva As Caboclas en la



ciudad de Río de Janeiro, buscando problematizar las acciones de las mujeres de la periferia, que van desde la búsqueda de autonomía en materia de construcción y vivienda mejoras para luchar por los derechos. El punto de partida fue una práctica de asesoría técnica para un proyecto de mejoramiento de viviendas en el barrio Campo Grande, en Bosque dos Caboclos, denominado Mulheres em Ação entre 2017 y 2019, para un grupo exclusivo de mujeres. La experiencia de intercambio de conocimientos entre mujeres periféricas y arquitectas suscitó reflexiones sobre cuestiones de género y racismo en territorios periféricos. Para estas reflexiones utilizamos los conceptos de autonomía, reconocimiento, emancipación de Freire (1996), Hooks (2017; 2019), González (1983, 1988), Butler (2018) y Fraser (2013), así como el concepto de praxis. en Lefebvre (1968,1991) y Freire (1970), y el grupo socioespacial de Kapp (2018). Comprender el activismo urbano periférico desde las prácticas feministas contribuirá al urbanismo antisexista y antirracista.

Palabras-clave: feminismo periférico, asesoramiento técnico, derecho à la ciudad, urbanismo antirracista.

¹ Esse artigo contou com o apoio do CNPQ por meio de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e da CAPES, por meio de bolsa de mestrado.

Introdução¹

Este artigo aborda o tema do feminismo periférico, tomando por base práticas de assessoria técnica relacionadas com melhorias habitacionais em territórios periféricos na cidade do Rio de Janeiro, buscando entender como as ações de mulheres na periferia contribuem para sua autonomia, reconhecimento e emancipação. A partir das experiências e práticas da Coletiva As Caboclas em sua relação dialógica com mulheres arquitetas, o artigo trata também dos desafios impostos a profissionais de arquitetura e urbanismo para lidar com questões de gênero, racismo, participação e troca de saberes com vistas a um aprendizado para um urbanismo feminista e antirracista.

As reflexões contidas neste artigo provêm de uma experiência a partir de um projeto assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para melhorias habitacionais no bairro de Campo Grande, no Bosque dos Caboclos, chamado Mulheres em Ação entre 2017 e 2019.²

² Esse projeto foi demandado pela Coletiva As Caboclas e realizado pela Arche Projetos Participativos (ARCHE) uma assessoria técnica em arquitetura e urbanismo.

A Coletiva As Caboclas é um dos núcleos que integra o coletivo maior denominado como Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO), que desde 2014 tem como objetivo organizar as mulheres em torno da luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. Uma das frentes de luta da Coletiva As Caboclas remonta ao assentamento Bosque dos Caboclos, no bairro de Campo Grande, originalmente ocupado e loteado por um grupo de mulheres em 1995. É nesse local que acontece o trabalho de melhorias habitacionais, objeto empírico desse artigo, capitaneado pela Coletiva As Caboclas.

Para efeitos desse artigo, ressaltamos que entendemos periferia não somente como uma categoria analítica espacial, mas principalmente como uma categoria social. A periferia não se opõe ao centro, mas é constitutiva do espaço hierarquizado que coloca nas margens os sujeitos subalternizados e precarizados. Assim, quando nos referimos a feminismo periférico, igualmente estamos nos referindo à luta de mulheres periféricas em busca de reconhecimento, visibilidade e autonomia de seus corpos e ações. Destacamos também a utilização do conceito de grupo sócio-espacial (KAPP, 2018), que considera o espaço como se constituindo dialeticamente e dialogicamente pelas relações sociais entre grupos de pessoas.

O termo feminismo periférico refere-se às ações e lutas de mulheres da periferia, que buscam ressignificar o que é ser mulher em áreas de vulnerabilidade e seu poder de construir coletivamente redes de solidariedade e vivência em contextos de extrema adversidade. O feminismo periférico constitui-se a partir das experiências cotidianas e das adversidades das mulheres periféricas, as quais produzem saberes e estratégias de sobrevivência e superação (Borges, 2018). Pode-se também historizar o feminismo periférico a partir das lutas de resistência e mobilização de mulheres camponesas na década de 1980 em sua luta pelo reconhecimento de seu trabalho (Bordalo&Pena, 2020).

Para estas reflexões utilizamos também os conceitos de autonomia, reconhecimento e emancipação de Freire (1996), hooks (2017; 2019), Gonzalez (1983, 1988), Butler (2018) e Fraser (2013), bem como o conceito de práxis em Lefebvre (1991) e Freire (1970).

Novos Feminismos: práxis, reconhecimento e emancipação

Quando olhamos o percurso das feministas e suas lutas desde a década de 1970 até o momento atual verifica-se algumas inflexões importantes, não somente nas pautas de reivindicações e narrativas, mas também nas práticas e formas de ativismo. Se anteriormente demandas tais como, inserção no mercado de trabalho e liberdade sexual faziam parte das pautas dos movimentos, na atualidade outras questões assumem protagonismo nas lutas feministas. Os novos feminismos apresentam independência das formas tradicionais de organização social. São coletivos de mulheres, cujo ativismo é militante e centrado nas vivências diárias e nas lutas por sobrevivência e proteção de seus corpos. A interseccionalidade é intrínseca nos novos feminismos, que reconhece as diferenças



de origem, classe e raça das mulheres e a diversidade de suas experiências. As mulheres negras destacam-se nesse novo momento do feminismo e adquirem protagonismo nos coletivos e nos territórios conflituosos e precarizados.

Para a nossa análise da experiência do projeto Mulheres em Ação, utilizamos autoras do pensamento feminista e antirracista, tais como hooks (2017, 2019), Butler (2018), Fraser (2013) e Kapp (2018) e seus conceitos como reconhecimento, emancipação e grupo sócio-espacial. Utilizamos também as noções de práxis a partir de Lefebvre (1991, 2002 e 2014) que a considera como ação prática, política e de investigação, e de Freire (1970, 1996), que a entende como pedagogia para uma educação libertadora.

Um ponto fulcral do pensamento freiriano é a centralidade dos sujeitos envolvidos na ação prática. Nesse sentido, o conceito de práxis inclui não somente a capacidade dos sujeitos de atuarem e refletirem sobre sua condição, mas também a capacidade de transformação da realidade segundo seus próprios objetivos enquanto seres humanos conscientes (FREIRE, 1970, 1996).

As possibilidades de uma política de alianças são exploradas tanto por Butler (2018) quanto por hooks (2019). Em *Erguer a Voz* (2019/1), hooks questiona os conceitos de representação e de identidade, explorando os desafios e limites de uma política de alianças com homens brancos, denunciando o sistema patriarcal e heteronormativo que permeia as práticas sociais. Reflete dialeticamente sobre racismo e feminismo, política e pedagogia, dominação e resistência, noções que veremos presentes no caso da Coletiva As Caboclas. *Erguer a voz* significa, ao mesmo tempo, uma quebra da hierarquia patriarcal e da supremacia branca, e um questionamento da autoridade e de quem pode falar e ter opinião. Significa o reconhecimento da opressão daqueles que se sabem oprimidos e sem direito à livre expressão.

Outra reflexão que nos traz hooks (2019/2) é o ativismo político das mulheres negras para a mobilização e autonomia política. Ao demandar pela voz das mulheres periféricas a partir da luta feminista, hooks convoca para uma nova teoria feminista, antirracista e antissexista, e sobretudo anticapitalista. Outro conceito que é discutido por hooks (2019/3) é o de sororidade, que implica na solidariedade política entre as mulheres.

Na mesma linha de pensamento de hooks, Butler (2018) trata da questão do reconhecimento dos sujeitos excluídos, ressaltando a dialética de tal conceito, que implica numa relação entre reconhecimento e invisibilidade, inclusão e exclusão. A condição de reconhecimento requer uma política de alianças que conduzam ao princípio do igual valor e da justiça social. Os movimentos sociais devem então reivindicar um novo modo de vida, e, para isso necessitam de uma ação performativa que exponha as condições precárias e de vulnerabilidade em que vivem.

O conceito de emancipação também é tratado por Fraser (2013). Para a autora, as lutas dos movimentos sociais sobre os meios de interpretação e comunicação é central para obter-se a emancipação no contexto das crises do capitalismo. A chave para um processo emancipatório seria a substituição de contextos seguros de interação normativa por contextos de comunicação fora das instituições convencionais e da esfera doméstica. Cada movimento social possui pontos de vista diferentes e conflitantes sobre as suas específicas demandas sociais (FRASER, 2013, p. 48). A autora destaca também a ambivalência intrínseca na busca pela emancipação feminina ao reconhecer que existem forças operando para levar a questão feminista para o âmbito do mercado. Para manter o compromisso com a emancipação, Fraser recomenda uma ruptura com a mercantilização e uma aliança com a proteção social e a solidariedade.

Kapp (2018) propõe a utilização do conceito de grupo sócio-espacial para analisar práticas de assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento. Segundo a autora, o conceito se aplica às relações sociais estabelecidas por um determinado grupo em um espaço específico. Por sua vez, esse grupo é afetado por este espaço por ele produzido. Kapp associa esta noção à proposição dialética lefebvriana de produção do espaço, e ressalta que grupos sociais produzem espaços de representação. No entanto, esses sujeitos não têm consciência de suas práticas materiais transformadoras. (KAPP, 2018, p. 233).

Feminismo periférico: conceitos e contextos

O termo feminismo periférico aparece recentemente na literatura feminista, principalmente nos textos das feministas negras, porém, enquanto campo de atuação e luta, o feminismo periférico já faz parte dos movimentos de organização de mulheres em contextos de adversidade e invisibilidade desde a década de

1960. Vários movimentos de mulheres na periferia aparecem nos anos 1970 e 1980 com demandas específicas, tais como o aumento do número de creches, saneamento básico, e a redução de preços da cesta básica. Em 1972 surge o Clube de Mães nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, com o objetivo articular demandas de mães periféricas, historicamente marginalizadas. Esse Clube ensejará a criação do Movimento Custo de Vida, e depois em 1978 o Movimento contra a Carestia, tornando-se um dos principais grupos de oposição contra a ditadura militar.

O feminismo periférico tem como antecedente histórico o Movimento de Mulheres Negras na década de 1980, que por sua vez aparece como um cruzamento entre os debates feministas e os movimentos negros desse período, ou seja, entre gênero e raça.

Ao final da década de 1970, em pleno auge da ditadura militar, surge o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), com a participação de mulheres negras com sua pauta de reivindicações e com um recorte específico de raça, que mais tarde, juntamente com outros movimentos negros, formariam o Movimento Negro Unificado (MNU). Não obstante, havia uma pauta comum e um diálogo entre esses movimentos, que era a luta contra um sistema repressivo ditatorial e as desigualdades interseccionais (KOSSLING, 2008; SOUZA, 2020). Esses movimentos eram severamente reprimidos e perseguidos pela ditadura militar, mas tinham poder de mobilização e promoviam atos contra o racismo, pelos direitos da mulher ou outras bandeiras (KOSSLING, 2008).

No âmbito do MUCDR e do MNU, destaca-se a militância de Lélia Gonzalez, que participou da fundação dos dois movimentos, e cujo pensamento foi fundamental para as lutas antirracista e antissexista, as quais estruturariam posteriormente o feminismo periférico. Gonzalez participou também da criação do Grupo Nzinga, um coletivo de mulheres negras, e ativamente da seção feminina do Granes Quilombo. Ela deixou um legado acadêmico importante, e suas obras são base para o feminismo negro e indígena na América Latina (PIRES, 2022; CARDOSO, 2019).

Seu conceito de amefricanidade é chave para o entendimento do pensamento feminista negro no Brasil e base para a discussão sobre feminismo periférico. Trata-se também de uma proposta insurgente e revolucionária, no sentido em que indica uma proposta feminista negra de organização política e transformação

social (CARDOSO, 2014; GONZALEZ, 1988). Desconstrói as narrativas eurocêntricas coloniais e patriarcais baseadas na lógica do homem branco heterossexual cristão, que reforça a invisibilidade e a desumanização dos negros e índios. O conceito é também fortemente embasado nas experiências e vivências políticas, culturais, estéticas e religiosas de resistência dos povos negros e índios, especialmente das mulheres. Reconhece que, as práticas cotidianas de lutas e de sobrevivência formam os corpos e sujeitos das mulheres negras na amefricanidade (GONZALEZ, 1988).

Contemporaneamente, o termo feminismo periférico engloba principalmente as ações e lutas de mulheres da periferia em territórios vulneráveis e em contextos de adversidades. É um campo semântico que inclui o poder de transformar e ressignificar o que é ser mulher em áreas de vulnerabilidade e de construir coletivamente redes de solidariedade e vivência em face das adversidades. Assim, o feminismo periférico constitui-se a partir das experiências cotidianas e das adversidades das mulheres periféricas, e, portanto, produzem saberes e estratégias de sobrevivência e superação (BORGES, 2018). Oliveira (2020) destaca algumas características que definem feminismo periférico, tais como, a construção da ação baseada no cotidiano das mulheres periféricas, a importância do território no qual as relações sociais são marcadas pelas relações de classe, raça e gênero, e a construção de subjetividades rebeldes que marcam as ações coletivas.

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e a Coletiva As Caboclas

Na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro predomina o protagonismo feminismo nas lutas populares por direitos e resistência às práticas opressivas do Estado e dos grupos paramilitares e de contravenção. São lutas oriundas do movimento negro carioca dos anos 1980 e das práticas ancestrais preservadas pelas mulheres negras.

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZ) existe desde 2006 e procura organizar mulheres em torno da luta anticapitalista, antirracista e anti-patriarcal. Desde 2014 promove intervenções locais em diversos assuntos da pauta feminista como espaço de militância.³ Surge da experiência do Comitê de Mulheres do Estado do Rio de Janeiro, que se reunia desde nos anos 2000 na cidade e a partir de uma iniciativa promovida e financiada pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS),

³ Disponível em https://www.facebook.com/COLETIVAPOPU-LARDEMULHERESZO/about/?ref=page_internal, acessado em 25/maio/2022.

⁴ Essa iniciativa gerou o relatório “Cartografias feministas: enfrentamento aos racismos pelo olhar das mulheres”, que pode ser consultado em militiva.org.br.

o Militiva.⁴ Dentre os objetivos da CPMZO estão o debate crítico acerca do desenvolvimento do capital e das desigualdades territoriais nas áreas periféricas da cidade, a invisibilidade do trabalho informal doméstico das mulheres negras, e a violência de Estado contra as mulheres periféricas. Em ações articuladas com outros movimentos sociais, a CPMZO pretende fortalecer a auto-organização das mulheres centrada em uma nova relação com a natureza (COUTINHO e GONZALEZ, 2023).

Formada por diversas moradoras da zona oeste do Rio de Janeiro, a CPMZO aglutina em torno de si uma rede de mulheres majoritariamente negras. Realizam ações em torno da agricultura urbana, juventude, rede de cuidados, rodas de escuta, planejamento participativo e outras atividades.

A CPMZO abriga diversos núcleos, sendo um destes a Coletiva As Caboclas, que mantém alguma autonomia, e, como a própria denominação revela, uma necessidade de demarcar as questões de feminismo e território.

Sua origem remonta à Ocupação Urbana Bosque dos Caboclos (OUBC) no bairro de Campo Grande na Zona Oeste, formada por cerca de 300 famílias no final dos anos 1990, um grupo auto-organizado composto em sua maioria por mulheres, que lutava pelo direito à moradia. Em 1997, forma-se a Associação de Moradores e Amigos do Bosque dos Caboclos, fruto da iniciativa de mulheres da ocupação, que, por meio de um grande mutirão, construíram a sede da Associação (GONZALEZ, 2023, p. 139).

Em 2016, inspirada pela luta das mulheres OUBC, surge a Coletiva de Mulheres e Juventude As Caboclas, que atualmente conta com cerca de 20 mulheres. Seu objetivo é ter um “lugar/espço sobre o qual tivessem liberdade para debater, conversar, se escutar, se cuidar e resistir diante de um modelo de sociedade que é machista, racista e patriarcal”.⁵ Postulam o feminismo periférico, como sendo “uma luta de mulheres comuns, que segue sobrevivendo dia após dia, com intensos enfrentamentos que vão desde a mobilidade urbana à autonomia de seus corpos”.⁶

⁵ Instagram da Coletiva As Cabocla, [coletivacaboclas](https://www.instagram.com/coletivacaboclas), #ascaboclas.

⁶ Ibid.

A Coletiva As Caboclas – assessoria e troca de saberes com um grupo sócio-espacial

Nosso caso-referência é o projeto de assessoria técnica demandado pela Coletiva As Caboclas (doravante

denominado Caboclas) à Arche Projetos Participativos (Arche) em dezembro de 2016. A Coletiva almejava a assessoria de uma mulher arquiteta para melhorias habitacionais, auxílio com processos construtivos e capacitação de mão-de-obra feminina. O projeto recebeu o nome de Mulheres em Ação.

A experiência instigou à assessoria técnica novas questões epistemológicas do urbanismo relacionadas com mulheres e feminismo, e revelou-se como uma práxis junto a um grupo de mulheres militantes auto-organizadas. Deve-se ressaltar que a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro constitui-se em um território periférico com forte presença de loteamentos irregulares de baixa renda, no qual prevalece a atuação de grupos milicianos.

O próprio relato de uma das integrantes da Coletiva As Caboclas, define o grupo como sendo “sobretudo, um espaço de escuta (...) onde, através dessas trocas, nos fortalecemos e nos apoiamos coletivamente permitindo nos reconhecer na outra companheira e também a respeitá-la mesmo contendo análises tão distintas”.⁷

Os primeiros contatos com o grupo sócio-espacial As Caboclas, já em 2017, revelaram o forte engajamento do grupo na luta feminista e antirracista e o despreparo das assessoras, mulheres brancas, para entender com profundidade as questões do feminismo periférico. Havia um descrédito em relação ao poder público, sobretudo por conta de sucessivas políticas municipais que beneficiavam o capital imobiliário na Zona Oeste,⁸ e do engavetamento de um processo antigo de regularização fundiária no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

Ficavam assim descartadas alternativas financeiras advindas do poder público. O apoio financeiro ao projeto veio por meio do edital Fundo Socioambiental Casa (Programa Casa Cidades) com o aporte de um pequeno valor de R\$ 30.000,00, sendo R\$ 13.000,00 de remuneração da assessoria e R\$ 17.000,00 para compra de material, gastos com alimentação e organização das oficinas.⁹ Em 2018 iniciava-se o projeto que previa pequenas melhorias habitacionais, com foco em soluções de drenagem no lote e coleta de águas pluviais. Conjuntamente seria realizada uma capacitação em relação à construção civil com as demais integrantes. Três moradoras mais antigas foram escolhidas por elas mesmas para serem beneficiárias diretas das melhorias através do projeto.

⁷ Relato de Guaraci (nome fictício), Relatório de Atividades do Edital Fundo Casa, acervo Arche.

⁸ Autores como Cardeman (2014) apontam o território da Zona Oeste do Rio de Janeiro como sendo uma combinação de expansão para os bairros além da Barra da Tijuca, impulsionada pelo município, com fortes incentivos a loteamentos privados e grandes empreendedores imobiliários, conjugada a uma expansão de loteamentos irregulares fomentados por grileiros e/ou grupos ligados às milícias fluminenses.

⁹ O Fundo Socioambiental Casa - Programa Casa Cidades é uma iniciativa de Fundo Socioambiental Caixa e a Fundação OAK e visa fomentar pequenos projetos em áreas urbanas cujo mote é a discussão de “cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis” Mais informações no site: <https://casa.org.br/> (acesso em 14/jun/2022)

¹⁰ Arquitetura na Periferia é um método de assessoria técnica, desenvolvido pela arquiteta Carina Guedes, que consiste em capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade social, para ter independência em pequenas reformas e melhorar habitacionais.

A metodologia utilizada nesse projeto, modelada a partir de outras experiências de assessoria técnica, como a do grupo Arquitetura na Periferia,¹⁰ que tem por princípio o desenvolvimento da autonomia, a cooperação e o trabalho coletivo das participantes, consistia em trazê-las para o centro da compreensão, como aponta Freire (1996), conhecer suas precariedades habitacionais e como estas poderiam ser sanadas ou mitigadas. Ou seja, no sentido freiriano, a pedagogia da autonomia deve enfatizar o processo de aprendizagem para alcançar a igualdade, a transformação e a inclusão. As participantes deveriam tornar-se capazes de categorizar e priorizar ações, organizar compras e planejar o trabalho coletivo de mutirão para executar obras.

Para tanto, foram organizadas diversas oficinas e encontros (Figura 1) com esses princípios norteadores. As etapas consistiram de um diagnóstico participativo junto com todas as integrantes, da identificação coletiva dos problemas, da definição de prioridades, da organização do trabalho coletivo, de oficinas de capacitação e de mutirões de execução.



Figura 1
Fotos das atividades durante o Mulheres em Ação. Fonte: Acervo Arche Projetos Participativos, (publicação autorizada pelo autor)

Ao final das atividades iniciais previstas, houve uma demanda em realizar ações que melhorassem ou qualificassem os quintais das 3 moradoras, tendo em vista que duas delas integravam a Rede Carioca de

Agricultura Urbana¹¹. Assim, ao final das oficinas realizou-se um jardim de chuva e um sistema simples de captação de água pluvial no novo telhado, na casa de D. Serena.

Cabe aqui ressaltar a importância da agroecologia urbana para essas mulheres, que consideram essa prática como central para o enfrentamento das condições precárias a que são submetidas e parte da luta antirracista. Em um artigo escrito por quatro dessas mulheres, elas colocam que a prática da agroecologia urbana “representa um movimento que atrela feminismo, agroecologia e a luta antirracista, como enfrentamento da histórica desigualdade social e violência do Estado” (MACHADO et. al., 2020, p. 6).

Esses dois novos temas atraíram uma quantidade maior de mulheres, da rede ampliada da CPMZO, demandando a elaboração de um pequeno guia dos dois sistemas. Nas duas últimas oficinas, foi possível existir uma espécie de “cooperação simples”, que Ferro descreve em sua obra (2010, p. 3), já que o processo foi realizado com esquemas resumos (Figura 3) e todas as participantes fizeram um rodízio de funções.

A maioria das intervenções era pequena em seu escopo, consistindo de troca do telhado de uma casa, o aterro e compactação de uma parte do terreno e a implantação de um jardim filtrante para água da chuva. Tendo em conta esse escopo e o pequeno valor para as melhorias, o trabalho assumiu um novo caminho, que requereu da equipe uma nova forma de pensar o projeto. *Era um trabalho sem desenho, mas com projeto*. Tratava-se muito mais de uma ação organizativa e de capacitação. Em todo o processo de assessoria, as decisões eram conjuntas com a Coletiva e faziam parte de uma visão ampla e integrada do direito à moradia digna.

Uma das partes mais importantes do trabalho foi a organização de um canteiro de autogestão¹² - o canteiro de mulheres. Tratava-se de um novo modelo de canteiro de obras, que surgiu das demandas das participantes do projeto. Muitas mulheres vinham com seus filhos pequenos e apenas participavam uma ou duas vezes das oficinas e não viam sentido em realizar uma creche comunitária à parte¹³. Por outro lado, muitas mães precisavam cuidar das crianças em tempo integral, não tendo a opção de deixar as crianças em casa. Esse fato inviabilizaria a participação de muitas mulheres em determinados dias. Desta forma, as crianças e adolescentes, entre 2 e 12 anos, passaram a acompanhar suas mães no canteiro, mesmo nos fi-

¹¹ Importante pontuar que as casas do loteamento Bosque das Caboclas possuíam uma área de quintal generosa, usada como quintal produtivo, visto que algumas moradoras participam da Rede Carioca de Agricultura Urbana, que reúne agricultores urbanos da Zona Oeste e da rede de apoiadores da CPMZO.

¹² O canteiro de autogestão é uma experiência realizada entre alguns movimentos de moradia no Brasil, como a UNMP e o MNLM, que reivindicam a autogestão no uso dos recursos de programas habitacionais oriundos de recursos públicos. Consistia em realizar obras com ajuda-mútua (mutirão) e preparar a população para entender o processo de um canteiro de obras não alienado. Para entender melhor, ver Lopes, Braga & Germano (2015). A creche comunitária é uma prática comum nos canteiros autogestionados e consistia em reservar um lugar mais afastado da obra, junto com adultos cuidadores, para cuidar das crianças durante o mutirão.

¹³ Geisa Garibaldi coordena uma empresa de construção civil só de mulheres, a Concreto Rosa e participou de um dos dias de capacitação. Foi vista com muito orgulho pelas mulheres Caboclas, pois além de seu saber normalmente masculino, ela era também negra e da comunidade LGBTQI+.

nais de semana. Com isso, o canteiro do Mulheres em Ação passou a ter características próprias: um lugar de cuidados redobrados e de um trabalho com outro tempo e ritmo, sem a pressão de uma tarefa a ser cumprida no prazo de um canteiro tradicional. Era repleto de crianças circulando o tempo todo por perto.

Esse outro tempo e ritmo do canteiro de mulheres ensejou o questionamento do tradicional canteiro da construção civil, essencialmente masculino e produtivista, ainda que se tenha como ponto de partida as experiências pioneiras autogestionárias de canteiros, nos quais haviam mais mulheres do que homens, e nos quais se almejava a não-alienação do trabalho na construção civil. O canteiro exclusivamente feminino do Mulheres em Ação, formado por arquitetas (assessoria técnica) e mulheres periféricas negras e permeado de crianças e de momentos de paradas, proporcionou uma outra reflexão para além da crítica de Ferro (2010) à opressão dos canteiros de obra tradicionais, promovida pelo arquiteto e seu desenho, qual seja, de que a opressão do canteiro é fruto também da lógica produtivista e patriarcal inerente ao capitalismo.

A experiência específica do canteiro feminino ilumina de forma concreta a noção de emancipação trazida por Fraser, que recomenda uma ruptura com as forças de mercado e a mercantilização da força de trabalho em prol de alianças e formas de solidariedade. O canteiro reflete também o que denominamos de feminismo periférico, que produz saberes e estratégias a partir das experiências cotidianas. É também um exemplo de práxis como nos coloca Lefebvre e Freire, no sentido em que transforma e produz autonomia.

A dificuldade de encontrar mão-de-obra especializada feminina para atuar nas melhorias constitui-se em outro desafio tornado aprendizado. Apesar de contar com a participação de algumas mulheres profissionais, como a Geisa¹⁴, houve a necessidade de chamar um carpinteiro conhecido das arquitetas, o Clarindo. Ele era um trabalhador negro acostumado com mutirão e foi chamado para concluir a colocação da estrutura e o atelhamento, rompendo com a premissa original das Caboclas de ter um canteiro exclusivamente feminino.

A troca de saberes com Clarindo não foi tão proveitosa quanto havia sido entre Geisa e as Caboclas. Apesar de estar aberto ao compartilhamento do seu conhecimento, seu trabalho desenvolvia-se de forma muito rápida e não havia tempo para que o grupo pudesse aprender. Mesmo de forma involuntária a presença de Clarindo representava a figura do homem opressor no



canteiro. A crítica que hooks faz ao sistema patriarcal e heteronormativo presente em diferentes esferas do trabalho é aplicável para a situação de Clarindo. Apesar de ser um homem negro e periférico, sua falta de costume de trabalho entre mulheres prejudicou a interação desejada.

Outras atividades e oficinas foram realizadas durante a assessoria e atraíram outras mulheres da CPMZO para o canteiro, como o jardim de chuva e um sistema simples de captação de água pluvial no novo telhado da casa de D. Serena (Figura 2). Houve aí um processo de cooperação simples (Ferro, 2010), com esquemas resumos e um rodízio de funções (Figura 3).

Todo o trabalho de assessoria técnica demandou bem mais tempo do que o planejado. No entanto, a troca de saberes foi muito grande. Cada mulher possuía alguma vivência e experiência em pequenas obras e reparos, e mesmo em construção civil. D. Serena, por

oficina e mutirão
Técnicas de ecossaneamento para HIS
 Bosque das Caboclas . Estrada dos Caboclos, 400. Campo Grande

Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste
 Projeto Morar e Plantar nas Metrôpoles
 Projeto Mulheres em Ação

29/set módulo 1: calha de PVC e mini cisterna
05-06/out módulo 2: vala de infiltração e jardim de chuva

inscrições pelo formulário: tinyurl.com/ecossaneamento

FUNDO CASA | FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA | OAK FOUNDATION | RIZZI | AS-PTA | Patrocínio Cultural | CAU/RJ

Figura 2

Cartaz de divulgação de uma das atividades

Fonte: Arche Projetos Participativos (publicação autorizada pelo autor)

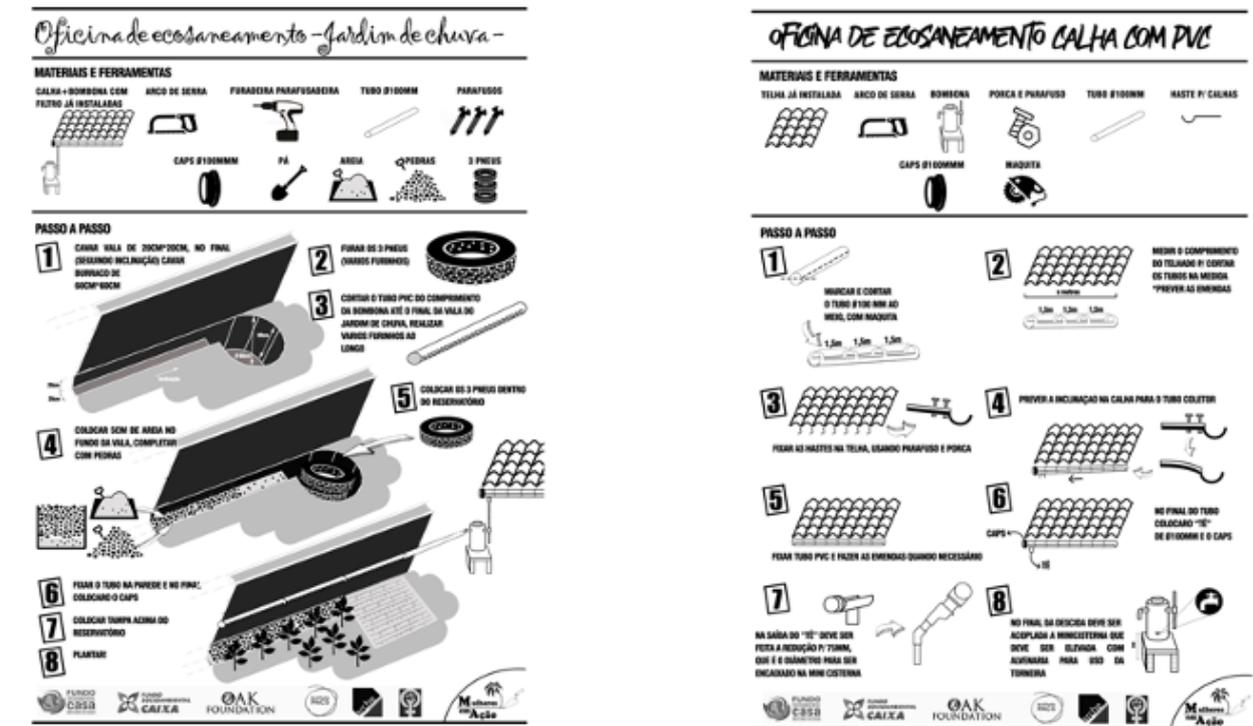


Figura 3 Esquema para jardim de chuva e captação de águas pluviais. Fonte: Acervo Arche Projetos Participativos, (publicação autorizada pelo autor)

exemplo, havia construído sozinha parte da sua casa. Assim, tanto as arquitetas quanto as mulheres da Caboclas puderam trabalhar de forma colaborativa, não sem alguns conflitos e dificuldades.

O que corrobora a noção lefebvriana de práxis que considera o espaço como um campo de práticas políticas, e traz o cotidiano para o centro da compreensão sobre a produção do espaço, e a noção freiriana que reforça a importância da centralidade dos sujeitos envolvidos na ação prática e sua capacidade de transformar a própria realidade.

Um ponto de tensão no projeto foi o valor cobrado pelas arquitetas, considerado desproporcional pelas mulheres em relação ao valor destinado para as melhorias habitacionais. Ao final de 14 meses do projeto, foi concedido um adicional de recurso pelo órgão financiador. Nesse momento a questão da remuneração das arquitetas foi novamente questionado, e as Caboclas decidiram levar o projeto por conta própria. Dominavam agora todas as fases do processo de construção. Seguiram com as melhorias habitacionais e realizaram 4 atividades de forma independente e autônoma.

Haviam se capacitado e conquistado a almejada autonomia e emancipação, como apontam Kapp (2018),

Freire (1996), hooks, (2017; 2019) e Fraser (2013). O ativismo político e a voz das mulheres periféricas, como nos propõe hooks (2019-2), estavam sendo colocados em prática por elas. Da mesma maneira, a prática de assessoria foi em larga medida uma pedagogia engajada como proposta por hooks (2017) e Freire (1996).

Durante o processo do Mulheres em Ação percebe-se também a presença de uma forte sororidade entre as mulheres, a qual podemos relacionar com hooks (2019/3), e um compromisso com a emancipação, que é também amparado por ações solidárias e de sororidade. A prática da Coletiva As Caboclas e a experiência do projeto Mulheres em Ação relacionam-se também com os ensinamentos de Gonzalez (1988) ao invocar a importância das vivências políticas e culturais das mulheres negras e de suas práticas cotidianas para torná-las sujeitas de suas histórias.

Por fim, identificamos também na experiência e vivência do canteiro feminino uma denúncia do sistema patriarcal que permeia as práticas sociais. A denegação da presença de Clarindo, por exemplo, reforçou a importância de uma política de alianças e permitiu uma reflexão sobre racismo, feminismo, dominação e resistência. Permitiu reconhecer a opressão dos canteiros tradicionais e o reconhecimento que outras formas de ação e autoproteção são possíveis, como aponta Butler.

Considerações finais

A análise do caso-referência à luz dos conceitos delineados nesse artigo propicia algumas reflexões. Primeiramente nos convoca a pensar uma revisão da práxis no campo da arquitetura e do urbanismo, que deve compreender não somente uma experiência transformadora para as arquitetas urbanistas e para as mulheres periféricas, mas também deve acionar novas epistemologias e incorporar novos sujeitos (TAVARES e RAMOS, 2022). Requer uma revisão das práticas de assessoria técnica e de reconhecimento de grupos sócio-espaciais, que por sua vez implica em um processo de desconstrução e reconstrução do saber e do fazer.

O feminismo periférico insere o campo das assessorias técnicas em outro patamar. Não se trata apenas de resolver as urgências e carências das populações vulneráveis de forma pragmática. Não se trata de igual modo de uma defesa abstrata do direito à cidade, o qual para os grupos periféricos nada acrescenta.

Nesse sentido, uma mudança de foco no trabalho das assessorias deve acontecer e promover para além das demandas imediatas e concretas, processos de transformação e autonomia.

Outra reflexão resulta da própria atuação dos movimentos feministas periféricos em suas demandas a partir de questões concretas. O aprendizado advindo de ações baseadas em colaboração, troca de saberes e capacitação, como vimos no Mulheres em Ação, propicia uma nova forma de engajamento nos movimentos de direito à cidade e à moradia. A ação coletiva em canteiros de mulheres, que surge das necessidades cotidianas das mulheres, e nos quais a sororidade e a solidariedade estão presentes, provoca um aprendizado emancipatório. A luta feminista das mulheres periféricas não se restringe apenas à luta pela moradia, mas engloba a busca por autonomia, reconhecimento e emancipação.

A desconstrução de processos patriarcais e ações embasadas nas práticas cotidianas de resistência e superação das mulheres negras aproxima também a experiência da Coletiva As Caboclas e do Mulheres em Ação com o pensamento de Gonzalez (1988) e hooks (2017; 2019). A voz das mulheres periféricas foi colocada em prática no canteiro de mulheres e na sua relação com as arquitetas.

Outra reflexão é sobre a importância do território para as práticas insurgentes e para a construção das subjetividades rebeldes, que pode ser observada na experiência do Mulheres em Ação. A ação coletiva concreta de melhorias habitacionais nas três casas do Bosque dos Caboclos proporcionou um contato diário com o espaço vivido. Nesse sentido, as mulheres participantes do projeto incorporam o feminismo periférico, em suas ações solidárias, nas práticas de sororidade e na resignificação do que é ser mulher em territórios marcados por adversidades e disputas. *As mulheres em ação* produziram seus saberes ao agirem como sujeitas de seus próprios desejos.

Finalmente uma última reflexão para o aprendizado de um urbanismo antissexista e antirracista. É preciso sempre estabelecer uma relação dialógica com as populações periféricas, reconhecendo que estas englobam indivíduos dotados de saberes e de autonomia capazes de tomarem decisões e fazerem suas alianças. Da mesma maneira, é preciso que as práticas colaborativas sejam estabelecidas em patamares



de igualdade e de respeito aos saberes mútuos, e de reconhecimento do outro como sujeito. Nesse sentido, existe uma urgência de incorporar o antissexismo e o antirracismo no rol dos direitos, especialmente no direito à cidade, e à prática dos urbanistas.

Referências:

- BORGES, J. B.. "Existe um Feminismo Periférico". Projeto Reconexões Periferia, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 28 março 2018. <https://fpabramo.org.br/2018/03/28/existe-um-feminismo-periferico/>
- BUTLER, J. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, original 2015.
- CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 2014, pp. 965–986
- CARDOSO, C. P. Amefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. In *Dossier: El Pensamiento de Lélia Gonzalez, un Legado y un Horizonte*, LASA Forum 50:3, 2019.
- CORREIA, A. P. de Santana. *Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNIFESP, 2015.
- COUTINHO M. DA SILVA, R. e GONZALEZ, L. Lutas urbanas e feministas no território periférico da Zona Oeste do Rio de Janeiro: a Coletiva As Caboclas, In: Izar, P. et. al. (orgs.) *Feminising urban struggles: bodies, territories and politics in the production of peripheral spaces*. São Paulo: Ed. dos Autores, 2023.
- FERRO, S. *A história da arquitetura vista do canteiro. Três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010.
- FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism: from State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London, UK., Verso, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Silva, Luiz Antônio Machado et alii. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje*, 2, 1983, pp. 223-44. (1983).
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Brasileiro (Rio de Janeiro)*, n. 92/93, jan-jun. 1988: pp. 69–82.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019 (1).

HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019 (3)

HOOKS, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019 (2).

KAPP, Silke. Grupos Sócio-Espaciais: a quem serve a assessoria técnica. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 20, n. 2, maio-agosto 2018 p. 221-236.

KÖSSLING, K. Sant'Anna. Movimentos negros no Brasil entre 1964 e 1983. Revista Perseu História, Memória e Política, n.2, ano 2, agosto 2008, pp. 1-29.

LEFEBVRE, H. Sociology of Marx. Nova York: Pantheon, 1968.

LEFEBVRE, H. The production of space. Malden, MA: Blackwell, 1991, original, 1974.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

LEFEBVRE, H. Dialectical materialism. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2009, original, 1940.

LEFEBVRE, H. Critique of everyday life. London, England: Verso, 2014.

MACHADO, A. C.; FREITAS, C.; CANDIDO, J.; SOUZA, S.; BAPTISTA, S. Mulheres em ação – resistências feministas e agroecológica: o direito de morar e plantar na zona oeste do Rio de Janeiro. Anais do III CIFA, Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Vol. 15, No. 3, 2020.

OLIVEIRA, D. R. Encruzilhada das guerreiras da periferia sul de São Paulo [recurso eletrônico] : feminismo periférico e fronteiras políticas, Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

OLIVEIRA, A. Loureiro de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 111 - 140, maio/ago. 2018.

PIRES, E. G. O Legado de Lélia Gonzalez Educação & Sociedade, 43, 2022,

SOUZA, T. R. Estudo de uma trajetória: o feminismo periférico contemporâneo brasileiro, trabalho de conclusão de curso. EFLCH/UNIFESP, 2020.

TAVARES, R. B.; RAMOS, D. H. Indisciplina Epistemológica: Viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. Indisciplinar, 7(2), 232–277, Belo Horizonte, 2021.